

Maior poder pode significar mandato curto

Se o presidencialismo terminar sendo aprovado em virtude dos desentendimentos entre os parlamentaristas, estou certo de que isto resultará na redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos". A afirmação foi feita ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, ao comentar as divergências existentes entre os defensores do regime de gabinete.

Segundo o senador paulista, a dificuldade fundamental de consenso reside na duração do mandato presidencial. Durante a reunião em que foi aprovado um documento absolutamente genérico, ontem à tarde, os parlamentaristas

estavam claramente divididos entre os que defendem seis anos de mandato para Sarney (caso dos senadores José Richa e Cid Carvalho) e os que não aceitam mais de cinco anos (como o próprio Cardoso e o líder na Câmara, Luiz Henrique).

Com a divisão das chances de manutenção do presidencialismo estão praticamente consolidadas. Mas o Governo, pelo menos na opinião do senador Fernando Henrique, pode colher uma consequência inesperada: derrotado o novo regime, os parlamentaristas tendem a se unir à esquerda para aprovar o mandato de quatro anos para Sarney.

Parlamentaristas não resolvem divergências

Reunido na biblioteca da Câmara, o grupo parlamentarista da Constituinte aprovou ontem um documento genérico a ser levado ao presidente Sarney pelo senador Afonso Arinos, defendendo a implantação do regime de gabinete ainda no atual período de Governo, após um período de transição cuja duração seria definida nas disposições transitórias da Constituição. Sem obter consenso entre as várias facções parlamentaristas, permaneceram pendentes as três questões polêmicas que hoje dividem o grupo: a duração do mandato presidencial, a data de implantação do novo regime e a forma como será introduzido (gradualmente ou de uma só vez).

Ao divulgar o documento firmado pelos parlamentaristas, o deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, explicou que foi escolhida propositalmente uma redação mais genérica para facilitar as negociações com o Governo. Ele admitiu que o grupo não conseguiu se entender a respeito da data de implantação do novo regime — detalhe que por isso mesmo não entrou no texto.

De qualquer forma, na opinião do deputado cariense, houve uma evolução significativa nos entendimentos, pois todos passa-

ram a apoiar a tese de que o parlamentarismo deve ser introduzido no País ainda no atual Governo.

Para o senador José Fogaça, só falta agora uma manifestação clara do presidente Sarney para que, de conduzido, ele passe a ser o condutor do processo de parlamentarização do Brasil. Lembrando que as informações do Planalto a respeito do assunto tem sido muito contraditórias — "ora de intransigência, ora de conciliação" — o senador gaúcho advertia que, independente da concordância "desejável" do Presidente da República, os parlamentaristas estão dispostos a "ir até o fim" na disposição de aprovar o novo regime.

REUNIÃO

O documento divulgado ontem teve a sua redação iniciada na noite de segunda-feira, em reunião no apartamento do deputado Alceni Guerra. Foi naquele encontro que os parlamentaristas do PFL, através do deputado Saulo Queiroz, anunciaram que só aceitariam a implantação do sistema de gabinete após a conclusão do mandato de Sarney. Ao final do jantar, contudo, os pefelistas já haviam aceito a fórmula definida ontem — ou seja, a instalação do parlamentarismo ainda durante o atual Governo.

Na mesma reunião, foi designada uma comissão para redigir o manifesto a ser encaminhado a Sarney. Pelo PMDB, Egídio Ferreira Lima, Cid Carvalho e José Fogaça; pelo PFL, Sandra Cavalcanti, Saulo Queiroz e Arnaldo Prieto; pelo PTB, Joaquim Bevilacqua; e pelo PDS, Bonifácio de Andrada. Ontem à tarde, este grupo encontrou-se com os líderes peemedebistas Fernando Henrique e Luiz Henrique, mais o deputado Euclides Scalco, os senadores José Richa e Nelson Carneiro, para formalizar a proposta.

O DOCUMENTO

Dirigido ao senador Afonso Arinos, que o levará ao presidente Sarney, o manifesto parlamentarista relaciona cinco itens para negociação entre os quais apenas o primeiro contém uma exigência concreta. Eis a íntegra:

"Os ab aixos assinados, integrantes da Comissão de Sistematização, convencidos da necessidade da implantação do Sistema Parlamentarista de governo, vêm a V. Exa., Coordenador designado para os entendimentos finais, destacar os seguintes pontos fundamentais:

1— A implantação do Sistema Parlamentarista deve ocorrer no atual período de governo.

2— É indispensável uma linha de entendimento que gere a participação e o apoio imprescindíveis do Presidente da República, dos Partidos Políticos e da Sociedade.

3— Defendemos um período de transição para a implantação do Sistema Parlamentarista, através das Disposições Transitórias, de forma a assegurar o ajuste necessário das instituições ao novo sistema de governo, que, na sua plenitude, deverá ficar definido no corpo permanente da Constituição.

4— A futura eleição presidencial, bem como a eleição para os membros do Congresso Nacional, deverá refletir fielmente o novo modelo de governo, já então definitivamente instaurado no País.

5— O momento é de enormes dificuldades econômicas e sociais. O Parlamentarismo consubstancia e viabiliza o pacto político superior, do qual o Brasil depende para encontrar soluções indispensáveis ao bem-estar dos brasileiros.

Assim, ninguém melhor do que V. Exa., para, do alto de sua histórica autoridade, triar os procedimentos necessários à consecução de tão nobres objetivos, a serem consagrados na Carta Magna."



Arinos: lições de parlamentarismo

Bem-humorado, Arinos dá aula e fala claro

"Sou brasileiro e digo o que penso. O parlamentarismo é o regime mais identificado com o Brasil". Assim o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), encorrou a aula inaugural que proferiu para a abertura do segundo semestre letivo do Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Brasília. Exibindo um bom humor incomum nestes dias de negociação do sistema de governo no Congresso, o senador, que é professor titular da UnB, traçou um painel histórico das constituições no mundo, desde a antiguidade.

Arinos explicou aos estudantes sua preferência pelo parlamentarismo: "No Brasil, a República foi proclamada pelos militares inspirados nos ideais positivistas de Augusto Comte — que pregava a ditadura esclarecida. Mas a independência brasileira se deu pelas mãos da diplomacia, pela via negociada". Para o senador, a gênese da Nação brasileira está na negociação, no entendimento entre as forças da sociedade — ponto de partida para o parlamentarismo.

Como exemplo de sua tese, o professor utilizou o mártir da Independência, o Tiradentes. "Ele trazia sempre consigo uma tradução francesa da então recente constituição americana". Tiradentes tinha o pensamento voltado para uma visão constitucional do mundo, e o exemplo norte-americano, onde a suprema corte cedeu o papel moderador entre os poderes Executivo e Legislativo, levaram o alferes a lutar por um sistema parecido, que tivesse mecanismos de promover o equilíbrio entre os poderes. "Imaginem só se a questão

da dívida externa brasileira estivesse sendo tratada num sistema parlamentarista. Estariam todos os segmentos da sociedade, representados através do Congresso Nacional, presentes às discussões, o que certamente contribuiria para o encontro de uma solução de consenso", disse o senador. Arinos demonstrou que suas posições na Constituinte de 1987 estão respaldadas por um extenso conhecimento do processo histórico, e nada fará com que mude suas opiniões.

Sobre o dia-a-dia na Constituinte, o senador não quis falar. Irritado com a insistência com que o Planalto vem defendendo o presidencialismo e a recusa do presidente Sarney de aceitar soluções intermédias, o senador afirmou que está fora da negociação política sobre sistema de Governo. "Eu estou apenas prestando assessoria técnica ao presidente Ulysses Guimarães, prefiro permanecer fora das discussões políticas". O senador chegou a tentar convencer Sarney das vantagens do parlamentarismo, mas seu trabalho caiu no vazio.

O Departamento de Estudos Sociais da UnB vai promover novas discussões com constituintes sobre o tema. Os próximos convidados, ainda sem data marcada são o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) e o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Os alunos gostaram muito do encontro com Arinos, e sobre sua performance só tiveram um reparo: Como o sistema de som estava ruim, foi muito difícil ouvir o jurista, que fala baixo e longe do microfone.

Prisco garante que Sarney terá maioria

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) afirmou ontem que o Governo investirá em uma articulação que lhe garanta maioria na Comissão de Sistematização, para aprovar a emenda do deputado Theodoro Mendes, considerada pelo Planalto como a melhor proposta sobre o sistema de governo apresentada à Constituinte. Viana, íntimo do presidente já conta com 43 votos, necessitando apenas de mais quatro para conquistar a maioria na comissão.

Com essas declarações, Prisco contradisse os parlamentaristas, que — segundo o próprio deputado — afirmaram ao presidente Sarney que contam com 65 dos 93 votos da Sistematização. Prisco previa ontem que os parlamentaristas desistiriam da luta durante a madrugada, ao verificarem a impossibilidade de união em torno de uma fórmula para o novo sistema de governo.

SANT'ANNA

Mais uma vez, ontem, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, repetiu sua descrença sobre a formalização de um acordo capaz de possibilitar a mu-

PODER & POLÍTICOS

Chegando a hora

O presidente José Sarney completou ontem a metade de seu infundável governo. Entre festejos e cumprimentos desinteressados não pode, decerto, ler os jornais. Uma pena. Bastaria rápida olhada para ter pálida idéia do que dirão os historiadores.

Em O Globo, por exemplo, o ministro Bresser Pereira, homem sério, ao ser informado de que o Presidente autoriza as zonas de exportações no Nordeste, observou: "Não foi isso o que acertamos". Registrou, com franqueza, uma das críticas mais freqüentes ao Governo: não há decisão, não existe orientação. O que se acerta não vale.

Aprofundando sua excelente matéria sobre escritórios que cobram de prefeituras e repartições estaduais até 20% pela liberação de recursos oficiais, O Globo deixa implícito que não há controle desses gastos e expõe alguns ministros com suas declarações genéricas. A atuação desses escritórios é pública e notória e se o governo nunca tomou providências foi porque não quis. Dependendo de O Globo esse escândalo morrerá, como outros, no nascedouro ou terá conseqüências.

O Jornal de Brasília publica melancólica afirmação do ministro da Indústria e do Comércio de que o Presidente da República está sozinho, que não conta com o apoio dos líderes do PMDB, a quem se pretende, agora, culpar pelo fracasso do governo. Esqueceu-se de que é do PMDB e de que se o Presidente está sozinho é porque não tem auxiliares que lhe emprestem prestígio.

O Estado de S. Paulo mostra bem essa tentativa de responsabilizar o PMDB ao noticiar que o Presidente da República agradeceu a seu assessor de Imprensa o haver declarado que o Dr. Ulysses Guimarães (transformado, depois, no PMDB) está atrapalhando seu governo. O assessor falou, claro, pelo Presidente, que, como sempre, preferiu deixar que seu pensamento fosse desvendado do que revelá-lo com clareza. O PMDB não reage porque uma parte deixou-se corron ver pelo fisiologismo.

A mais importante notícia foi, porém, a de que documento do SNI para o Presidente aponta os ministros civis como preguiçosos, incompetentes e desobedientes porque nem sequer cumprem ordens administrativas. O Presidente seria uma Rainha da Inglaterra em pleno presidencialismo-monárquico. Esse documento é digno de respeito porque sincero mas revela, em toda crueza, o desgoverno. Em outros tempos os ministros civis teriam pedido demissão coletivamente ou exigido esclarecimento.

O CORREIO BRASILENSE relata, em várias páginas, a irresponsável barganha em torno da mudança do sistema de governo, o que começa a desmoralizar o parlamentarismo antes mesmo de sua implantação. Há no ar o mesmo cheiro do início da década de 60, mas felizmente o governo já entrou na sua segunda metade e fica mais fácil esperar as diretas ou um parlamentarismo verdadeiro.

JOÃO EMÍLIO FALCÃO

MENSAGEM DE NOSSA SENHORA RAINHA DA PAZ NA IUGOSLÁVIA, MEDJUGORJE, EM 25/07/87

"Queridos Filhos! Peço a vocês que aceitem, a partir de hoje, o caminho da santidade. Eu os amo, e é por isso que Eu desejo que vocês sejam santos. Eu não desejo que Satanás ponha obstáculos no caminho de vocês. Queridos filhos, rezem e aceitem tudo o que Deus oferecer a vocês, neste caminho da santidade, que é doloroso. Entretanto, Deus revela todo o seu carinho para aqueles que começam a caminhar nesta estrada e, então, eles responderão, com prazer, a cada chamado de Deus. Não deem atenção às coisas sem importância, mas procurem viver voltados para as coisas do Céu. Obrigada por terem atendido ao meu apêlo."

GUIOMAR DE ARRUDA CÂMARA

Bruna Arruda, Ana Arruda, Ivany, Jarbas, familiares e amigos convidam para a Missa de 7º Dia da Vó e Bisa GUIOMAR DE ARRUDA CÂMARA a se realizar na Igreja de Fátima (Entrequadra-Sul 307/308), dia 16 de setembro, quarta-feira, às 18 horas e 30 minutos.

Com ou sem poire, um constante desacerto

Dezenas de reuniões nos mais diversos pontos da cidade. Almoços e jantares regados a poire ou licores menos nobres. Cafés da manhã na biblioteca do Alvorada. Idas e vindas — e até puladas de cerca — entre os habitantes da Península dos Ministros. E, sobretudo, muito papel e tinta consumidos na elaboração de emendas e mais emendas. Nada disso foi suficiente para que, a dois dias da apresentação do substitutivo Bernardo Cabral, fosse encontrado um consenso mínimo em torno do regime de Governo, assunto que concentrou todas as atenções da Constituinte nos últimos dias e que terminou se transformando em mais grave ameaça de confronto entre o Executivo e o Legislativo desde a instalação da Nova República.

De um lado, estão os parlamentaristas (majoritários na Constituinte) a insistir na implantação do sistema de gabinete. Do outro, o presidente Sarney, que teima em adotar duas linguagens diferentes: presidencialista intransigente nas declarações públicas, simpaticamente de um parlamentarismo amenizado (que não lhe tire muitos poderes) em círculos mais íntimos.

E tudo tática política. Na verdade, tanto os parlamentaristas quanto Sarney aceitam ceder em pontos importantes. Tanto assim que, entre os primeiros, a idéia de implantação gradual do novo regime já ganhou dimensões quase irreversíveis — adota-se o parlamentarismo, que entretanto só vigorará de fato para o próximo período de Governo. Quanto ao Palá-

cio do Planalto, é o inspirador de mais de uma emenda criando a figura de um "primeiro-ministro coordenador" e passível de moção de censura da Câmara — uma espécie de presidencialismo amenizado onde o Congresso sai fortalecido em suas prerrogativas.

EVOLUÇÃO

A evolução das propostas a respeito do sistema de Governo começou ainda na fase das subcomissões constitucionais, com o projeto do senador José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo. Esta primeira fórmula previa a adoção do parlamentarismo a partir do próximo ano, mas preservava várias das atribuições hoje exercidas pelo Presidente da República.

A segunda proposta veio do deputado Egídio Ferreira Lima, relator da Comissão de Organização dos Poderes. Ele sugeriu um sistema de gabinete mais próximo aos moldes clássicos, com as chefias de Estado e de Governo claramente divididas entre o Presidente da República e o primeiro-ministro.

Na Comissão de Sistematização, o relator Bernardo Cabral "parlamentarizou" ainda mais o projeto de Egídio, tornando o novo regime quase puro. Foi nesta fase que o Governo passou a dar sinais mais evidentes de seu descontentamento com a proposta e as fórmulas presidencialistas começaram a surgir aos quilos nas diversas etapas de apresentação de emendas.

A emenda Theodoro Mendes é o exemplo mais representativo de proposição inspirada pelo Palácio do Planalto. Além de receber o apoio formal de Sarney, a redação desta emenda é atribuída ao consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Como o Planalto não está sozinho em suas intenções presidencialistas, o deputado Ulysses Guimarães também patrocinou uma emenda mantendo a chefia de Governo em mãos do presidente da República. Subscreta pelo deputado Manuel Moreira, a proposta apoiada por Ulysses foi a verdade escrita pelo jurista Miguel Reale Junior, assessor especial do tripresidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte.

OS NÓS, NAS PRINCIPAIS EMENDAS

PROPOSTAS	REGIME	DISSOLUÇÃO DA CÂMARA	VOTO DISTRICTAL	IMPLANTAÇÃO	MANDATO
Nelson Carneiro	Parlamentarismo	Prevê	Não Prevê	1 ano depois	5 anos
Manoel Moreira	Presidencialismo Misto	Não Prevê	Não Prevê	Imediata	5 anos
Cabral	Parlamentarismo	Prevê	Prevê	90 dias	6 anos
Theodoro Mendes	Presidencialismo	Não Prevê	Não Prevê	Imediata	5 anos
Bonifácio Andrada	Parlamentarismo	Prevê	Prevê	Ao longo de 3 anos	6 anos
José Fogaça	Parlamentarismo Misto	Prevê	Não Prevê	Imediata	4 anos
Vivaldo Barbosa	Presidencialismo	Não Prevê	Não Prevê	Imediata	4 anos
Egídio Ferreira Lima	Parlamentarismo	Prevê	Não Prevê	Imediata	5 anos
Prisco Viana	Presidencialismo Misto	Prevê	Prevê	Imediata	5 anos
Fernando Henrique	Parlamentarismo	Prevê	Não Prevê	Em um ano	—

ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS

NOTA OFICIAL

Os fornecedores de cana de Alagoas e demais estados nordestinos, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 14.09.87, tendo em vista o descaso e a discriminação do Governo Federal no tocante aos reajustes nos preços da tonelada de cana, vêm de público e com objetivo de alertar a comunidade nacional, externarem seu mais veemente repúdio pela maneira com que o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, vem definindo os preços da cana, preferindo dar preços políticos em detrimento dos técnicos, conforme apresentado e defendido pelo Ministério da Indústria e do Comércio quando encampou o pleito apresentado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool à razão de 68%.

Assim, desse modo, levando em consideração as coincidências que vêm ocorrendo nos inícios de safras do Centro-Sul, quando relevantes percentuais de reajustes são dados, a exemplo dos de maio e junho últimos, respectivamente, na base de 85% e 20%, contra os 15% dados para o Nordeste no último dia 04, resolvem:

- 1 - Não aceitarem sob hipótese nenhuma, o percentual concedido para a nossa matéria-prima;
- 2 - Oficializarem ao senhor Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, e à Fetag - Federação dos Trabalhadores de Agricultura - a impossibilidade da assinatura da convenção coletiva do trabalho, em decorrência de já se encontrarem com os custos de produção superiores à receita, mercê de reconhecerem os baixos salários percebidos por aqueles trabalhadores;
- 3 - Permanecerem em Assembleia Geral Extraordinária permanente até que o Ministro da Fazenda reveja a posição, e finalmente;
- 4 - Aguardarem o resultado da assembléia a se realizar em Pernambuco no próximo dia 21, para uma tomada de decisão de todo Nordeste canavieiro.

Maceió, 15 de setembro de 1987
João Eudes Leite Soares
Presidente